



# Anais da Assembléia

Nº 139

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1990

ANO XVI

## Atos da Presidência:

### RESOLUÇÃO Nº 073/90

DATA: 24 de outubro de 1990

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Itacolomi.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita a criação do município de Itacolomi, desmembrado do município de Cambira.

"Divisa do município de Cambira: Principiando às margens do ribeirão Cambira, sobe pela estrada Ozorinho (EO-509) até a divisa dos lotes n.ºs 122-A e 123 da gleba rio Bom; segue pela referida divisa, em linha seca até encontrar a estrada asfaltada denominada Dom Romeu Alberti, antiga estrada da EO-001 desce pelo asfalto até a divisa dos lotes rurais n.ºs 88-B e 89 da gleba Itacolomi; segue em linha seca pela divisa dos referidos lotes até alcançar o córrego até sua foz no córrego Militar; segue pelo córrego Militar até sua foz no ribeirão Itacolomi; sobe pelo ribeirão Itacolomi até a divisa entre os lotes rurais n.ºs 280 e 281 da gleba Itacolomi, segue pela referida divisa, em linha seca, até alcançar a estrada dos 300 Alqueires (EO-002) sobe pela referida estrada até alcançar a estrada do Pavani (EO-519) e finalmente, segue pela mesma (EO-519) até alcançar as margens do ribeirão Marumby.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 24.10.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

### RESOLUÇÃO Nº 074/90

DATA: 24 de outubro de 1990

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Rio Branco do Ivaí.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização

de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do município de Rio Branco do Ivaí.

"Começa no rio Ivaí na balsa denominada Porto Espanhol, deste ponto por uma linha seca rumo nordeste, até a estrada próxima às nascentes do ribeirão da Limeira, seguida pela referida estrada rumo Sudeste, até a nascente da Água do Gomes, por este abaixo, até sua foz no córrego Piracanjuba e deste abaixo, até o ribeirão Catanduvas, pelo qual desce até o rio Branco onde segue por este acima até a foz do córrego Gamelão, onde segue por este acima até a sua nascente, daí, por uma linha seca, alcança a nascente do rio do Tigre, pelo qual desce até sua foz no rio Ivaí e por este abaixo, até a balsa denominada Porto Espanhol, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 24.10.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

### LEI Nº 9420

DATA: 30 de outubro de 1990

SÚMULA: Cria "ad referendum" do resultado do Plebiscito, o município de Yolanda, desmembrado do Município de Ubiratã, com as divisas que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º, do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de Yolanda, com território desmembrado do município de Ubiratã, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Começa no rio Piquiri na foz do rio Comissário, segue por este até a foz dos Vieiras, sobe por este até sua nascente no ponto de divisa entre as Glebas 15 e 22 da Colônia Goioerê, segue pela referida divisa no sentido norte-sul até o cruzamento do Rio Ronquito com a estrada denominada Paraguai, segue pela mesma rumo este-leste até seu cruzamento com o rio Carajá, desce por este até sua foz no rio Piquiri e por este até a foz do rio Comissário, ponto de partida".

### MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE YOLANDA

"Inicia no cruzamento na rua Ceará com a rua Minas Gerais. Rua Minas Gerais até a

rua Pernambuco, por esta até a rua São Paulo, por esta até a rua Ceará, por esta até o cruzamento com a rua Minas Gerais, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 30.10.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

Emenda:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE N° 07, AO PROJETO DE LEI N° 499/90.

"Propõe mudança substitutiva na redação do parágrafo único do Art. 1º da Lei n° 499/90".

Parágrafo Único - A sede provisória da Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, será na cidade de Palmas, Estado do Paraná, sendo que no prazo de 1 (um) ano após a entrega do relatório final da Comissão de Implantação que se dará até o dia 29 de março de 1991, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico através de levantamento efetuado pelo IPARDES, escolherá a sede definitiva, utilizando critérios nas seguintes áreas:

1. Social;
2. Econômica;
3. Educacional;
4. Geográfica;

Para efeito de cálculo, o peso de cada critério deverá ter o mesmo valor.

Sala das Sessões, em 08.11.90.

(aa) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA, NEREU CARLOS MASSIGNAN, JOÃO ARRUDA, PEDRO TONELLI, CAÍTO QUINTANA e LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 1990

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Pirajá Ferreira e Algaci Túlio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Hermas Brandão, Iron-di Pugliesi, João Arruda, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delaze-

ri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno e Sabino Campos (35). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Antônio Bárbara, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Ogúido, José Alves, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Namir Piacentini, Rafael Greca, Valde-ri Mendes Vilela e Vera Agibert (19).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Eu solicito verificação de votação da Ata, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Esta Presidência já deu como aprovada a Ata, mas...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Mas a verificação de votação é exatamente quando o Presidente dá por aprovada aí é que se pede a verificação. É o momento exato. Eu agradeço a deferência de Vossa Excelência.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N° 197/90

Curitiba, 09 de novembro de 1990.  
Senhor Presidente.

Atendendo expediente que me foi submetido pela Secretaria de Estado da Administração e visando corrigir omissão havida, venho à presença de Vossa Excelência a fim de solicitar providências no sentido de que, na relação constante do número II do anexo ao anteprojeto de lei encaminhado a essa augusta Casa, através da Mensagem n° 196/90, de 05 de novembro de 1990, seja incluído o cargo de "Assessor Técnico".

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 199/90

Curitiba, 10 de novembro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei objetivando instituir a Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, para manter, sob a forma jurídica de Fundação de Direito privado e com autonomia administrativa, financeira e técnica, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, estabelecimento isolado de ensino superior do Sistema Estadual de Ensino.

O plano de lei ora submetido a exame dessa augusta Assembléia Legislativa é altamente significativo eis que, atendendo aos superiores interesses da Administração virá proporcionar aos integrantes daquela comunidade a manutenção da gratuidade do ensino possibilitando de conseqüência, o pleno acesso dos seus munícipes ao ensino de terceiro grau, cumprindo assim o Estado uma de suas finalidades essenciais na área da Educação.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA, com sede e foro na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná para manter, sob forma jurídica de Fundação de Direito Privado e com autonomia administrativa, financeira e técnica, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, estabelecimento isolado de ensino superior do Sistema Estadual de Ensino, atendidas as normas legais aplicáveis a entidades congêneres do Estado.

Parágrafo Único - O Chefe do Poder Executivo designará representantes do Estado nos atos constitutivos da Fundação.

Art. 2° - São fins da Fundação Faculdade a realização e o desenvolvimento da educação superior, da pesquisa e da extensão e a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística.

Art. 3° - A receita financeira da Fundação Faculdade será proveniente:

- I - das dotações orçamentárias anualmente consignadas no Orçamento do Estado;
- II - dos auxílios, doações e subven-

ções federais e municipais, ou de outras origens;

III - das contribuições escolares;

IV - das taxas e emolumentos escolares;

V - dos rendimentos dos serviços prestados;

VI - das contribuições financeiras decorrentes de convênios, acordo ou contrato;

VII - das rendas patrimoniais;

VIII - das rendas eventuais;

IX - de saldos de exercícios financeiros encerrados.

Art. 4° - O patrimônio da Fundação Faculdade será constituído:

a. dos bens imóveis, móveis e equipamentos e instalações que lhe forem expressamente destinados;

b. dos saldos dos exercícios anteriores;

c. dos auxílios, doações e legados recebidos de pessoas naturais ou entidades de direito público ou privado.

Art. 5° - O Poder Executivo procederá aos levantamentos que se fizerem necessários no sentido de submeter à Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de 30 (trinta) dias, medida legal propondo a criação dos empregos que comporão o Quadro de Pessoal da Entidade de que trata esta lei.

Art. 6° - Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico elaborará e submeterá à aprovação do Chefe do Poder Executivo, o Estatuto da Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA, instituída nos termos desta lei.

Art. 7° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

## Ofícios:

Sob o n° DTL/329/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 395/90, em razão de motivos expostos.

À Comissão de Constituição e Justiça

Sob o n° DTL/330/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 503/90, em razão de motivos expostos.

À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/SAT/328/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n°:

425/90: Do Tribunal de Contas, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9436.

Anote-se. Arquive-se.

Sob os n.ºs DTL/316 e 317/90, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa, os Projetos de Lei n.ºs 164/89 e 417/90, respectivamente.  
Ao conhecimento da Casa.

# Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 571/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, através de Termo de Comodato, o imóvel denominado Chácara do Canquiri, no município de Piraquara, à União Paranaense das Associações dos Criadores - UPAC, com sede nesta Capital.

Parágrafo Único - A presente lei será regulamentada num prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 2.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.90.

(a) NELSON VASCONCELOS

## JUSTIFICATIVA:

O imóvel de que trata o presente Projeto de Lei poderá ser utilizado em proveito do sistema produtivo do Estado, desde que a entidade designada, tenha a possibilidade de ali instalar sua sede e demais atividades que desenvolvem.

PROJETO DE LEI N.º 572/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## DECRETA:

Acrescente-se onde couber:

Art. 1.º - Ficam criados os cargos correspondentes aos atuais servidores, que na data de 05/10/88 possuíam vínculo empregatício com uma das instituições incorporadas e que não sofreram interrupção contratual após essa data.

Art. 2.º - Ficam criadas as vagas correspondentes aos atuais servidores contratados após 05/10/88 para serem providas mediante concurso público.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

PROJETO DE LEI N.º 573/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º - O artigo 4.º, da Lei n.º 9391, de 01 de outubro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23 - ...

I - Grupo A:...

## II - Grupo B:...

1. ...

2. ...

.

.

- massas alimentícias, pães, cuques e refeições industriais;

- tratores, máquinas e implementos agrícolas;"

Art. 2.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

## JUSTIFICATIVA EM PLENÁRIO.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria que a Mesa informasse qual é o assunto que trata os dois vetos do Governador e qual o assunto que trata as duas restituições.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, antes do término da sessão, informará a Vossa Excelência.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

No Horário das Lideranças, consultamos à Liderança do PT.

(DECLINA).

Consultamos à Liderança do PL.

(DECLINA).

Consultamos à Liderança do PDS.

(DECLINA).

Consultamos à Liderança do PDC.

(DECLINA).

Consultamos à Liderança do PFL.

(DECLINA).

Consultamos à Liderança do PTB.

(DECLINA).

Consultamos à Liderança do PRN.

(DECLINA).

Consultamos à Liderança do PDT.

(DECLINA).

Consultamos à Liderança do PMDB.

(DECLINA).

Consultamos à Liderança do PSDB.

(DECLINA).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. -  
Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 352/89, de autoria dos Deputados Renato Adur e Luciano Pizzatto, que autoriza o Poder Executivo a privatizar o Serviço de Transporte Marítimo de Veículos (Ferry-boat), na Baía de Guaratuba. Em REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral.

Emenda - Aprovada.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se. Nove Senhores Deputados aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para justificar o meu voto. Não há número evidentemente, mas eu voto contra o Substitutivo de Vossa Excelência porque manifestação da Empresa Comercial e Industrial de Guaratuba, enfim, de todos os segmentos sociais de Guaratuba, solicitando a privatização dos serviços do ferry-boat. Eu acho que transferir para o município de Guaratuba é trocar seis por meia dúzia. Se está ruim nas mãos do Governo do Estado, pior ficaria nas mãos do município de Guaratuba, que é um Município, que todos nós sabemos, pobre, sem recursos para proceder reformulações necessárias à melhoria dos serviços. Só por esta razão é que eu voto contra o Substitutivo de Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para justificar o meu voto. Desejo justificar também o meu voto em função de que eu recebi ainda neste final de semana algumas correspondências da Associação Comercial do Paraná, do Lions Clube e também de outras entidades, que não concordam com a passagem do ferry-boat para a municipalização. Eles entendem que o município de Guaratuba não tem suporte financeiro para manter. Por esta razão nos pediram que não votássemos esse Substitutivo porque traria problemas seriíssimos para Guaratuba. Por essa razão quero justificar aqui o meu voto contrário.

O SR. PEDRO TONELLI (Para justificar, Senhor Presidente).

Senhor Presidente, quero registrar o meu voto contrário, tendo em vista que eu entendo que o Estado tem que ser competente para gerenciar tal serviço. Se o Estado for incapaz, muito menos a iniciativa privada e muito menos ainda, a prefeitura de Guaratuba. Então, sou favorável à manutenção do serviço como está, com o seu devido aprimoramento, com os seus devidos investimentos para que se melhore o serviço. Eu sou contra a privatização e sou contra a municipalização. Tem que ficar sob o controle do Governo do Estado do Paraná.

O SR. NILTON BARBOSA (Para justificar) -

Senhor Presidente, nós tivemos diversos contatos com companheiros de Guaratuba e diversos segmentos e hoje há precariedade no serviço de limpeza pública em Guaratuba e ainda neste final de semana, estivemos contactando com diversas lideranças lá e sentimos que não há como municipalizar. Nós somos favoráveis à privatização e que se abra uma licitação para a iniciativa privada para que tenha-se uma melhoria.

Por isso o nosso voto contrário ao Substitutivo, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) -

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu solicito de Vossa Excelência, chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa está na fase da verificação de votação e constatou que não há número. A chamada nominal é extemporânea.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Então, Vossa Excelência me permite, poderia me dar o resultado da votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Treze a dois.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Então não deu número.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Se Vossa Excelência também me permite, eu gostaria de colocar o meu ponto de vista em relação à privatização do "ferry-boat". Eu entendo que nós já estamos vivendo um momento difícil através da política econômica hoje colocada pelo Governo Fernando Collor de Mello; uma política incompetente a nível econômico. As prefeituras passam as maio-

res dificuldades que nós sentimos como Deputado Estadual e é uma injustiça se nós fizermos isso com a população do Paraná. Nós não temos que analisar o aspecto apenas de Guaratuba, nós sabemos que os "ferry-boats" são utilizados por todos os paranaenses e por outros Estados. Então, somos contra esta posição, contra esta emenda colocada por Vossa Excelência. Queremos que seja privatizada através de uma empresa competente e que resolva definitivamente esse problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há número para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 352/89.

EM VOTAÇÃO

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 360/90 e 372/90.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 175/89 e 365/90.

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 376/90, 523/90, 529/90, 534/90; e do Projeto de Resolução n° 112/90.

- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 453/90, 482/90, 504/90, 530/90 554/90 e dos Projetos de Resolução n°s 124/90, 125/90, 126/90, 127/90, 128/90, 129/90 e 130/90.

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 384/89, 172/90 e 391/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 30/90, 32/90, 33/90, 38/90, 39/90, 40/90, 41/90 e 46/90.

Levanta-se a sessão.